

RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.496 - RJ (2015/0115435-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
RECORRIDO : **CLAUDIO BORGES FONSECA**
ADVOGADOS : **DENISE DA SILVA BATISTA - RJ068927**
ÁLVARO SÉRGIO GOUVÊA QUINTAO E OUTRO(S) - RJ088058
JOÃO JOSÉ DOS REIS GOMES - RJ082804
RECORRIDO : **CLAUDIO BORTOLI**
RECORRIDO : **EDUARDO PEREIRA FILHO**
RECORRIDO : **ELCIO HUMBERTO CAMARA RAYOL**
ADVOGADO : **GLENDA APARECIDA ROMANO DE FIGUEIREDO NUNES -**
RJ000474B
RECORRIDO : **EDSON ARRUDA DE FARIA E ALBUQUERQUE**
ADVOGADOS : **LINCOLN MASSENA E OUTRO(S) - RJ037938**
MARCELA TEDOLDI MASSENA - RJ142487

EMENTA

MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO DE BENS. EX-ADMINISTRADORES DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E DE PATROCINADORAS DOS RESPECTIVOS PLANOS DE BENEFÍCIOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ACÓRDÃO RECORRIDO PERFEITAMENTE AJUSTADO À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES ESPECÍFICOS.

Recurso especial conhecido e improvido.

DECISÃO

A ação que inaugura os presentes autos é uma medida cautelar de arresto de bens movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra os ex-administradores do Instituto Aerus de Seguridade Social - Em Intervenção e das patrocinadoras dos planos de benefícios, tendo sido determinado pelo magistrado de primeiro grau o desmembramento da demanda de modo a que cada ação ficasse limitada a cinco réus.

Figuram no polo passivo, nestes autos, Cláudio Borges da Fonseca, Cláudio

Bortoli, Edson Arruda de Faria e Albuquerque, Eduardo Pereira Filho e Élcio Humberto Câmara Rayol.

Ao sentenciar o feito, o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro-RJ decidiu extinguir o processo sem resolução do mérito por carência de ação, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 946):

O autor afirma que as provas que dispõe para comprovar a responsabilidade dos réus se restringem aos inquéritos administrativos cujos relatórios acompanham a petição inicial.

O primeiro relatório do inquérito administrativo presidido pela Secretaria de Previdência Privada foi declarado nulo pela própria autoridade administrativa, uma vez que o relatório final foi elaborado sem que antes se apreciassem as defesas dos indiciados. Ora, esse relatório nulo não pode ser considerado justa causa, uma vez que não faz mais parte da esfera jurídica.

O segundo relatório do inquérito administrativo, que substituiu o primeiro (nulo), não concluiu pela responsabilidade de nenhum dos aqui réus. Portanto, não há prova mínima que justifique a presente ação.

[...] Contudo, indagado pelo Juízo sobre as provas em que fundava sua alegação de responsabilidade, o autor apontou apenas os relatórios dos inquéritos administrativos, requerendo, quando da réplica, a procedência do pedido, o que faz concluir que não há outras provas de condutas ativas ou passivas dos réus que não as que constam dos atos administrativos de investigação.

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs apelação, recurso ao qual a Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou provimento. A ementa do julgado foi assim redigida:

PROCESSO CIVIL. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO DE BENS DE TODOS OS EX-ADMINISTRADORES DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR E EMPRESAS PATROCINADORAS DOS RESPECTIVOS PLANOS. LEI 6024/74. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. MEDIDA CAUTELAR QUE SE DESTINA A ASSEGURAR O RESULTADO PRÁTICO E ÚTIL DE FUTURA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS (AINDA QUE INDICIÁRIOS) CAPAZES DE APONTAR O LIAME ENTRE A CONDUTA DE CADA ADMINISTRADOR E OS PREJUÍZOS SUPORTADOS PELA INSTITUIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

ENTENDIMENTO DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E DESTE E. TRIBUNAL ACERCA DO TEMA. NEGA-SE
PROVIMENTO AO RECURSO.

Ainda irresignado, o órgão ministerial ingressou com recurso especial sob a alegação de que o acórdão recorrido teria violado os arts. 39, 40, 43, 45 e 46 da Lei n. 6.024/1974 e 63 da Lei Complementar n. 109/2001.

Segundo alegado no especial, "o ponto central da controvérsia é o ônus da prova, sendo certo que não cabe ao Ministério Público demonstrar a prática de conduta nociva, pois aplica-se à espécie a responsabilidade subjetiva, com inversão do ônus da prova em desfavor do ex-administrador".

Sustentou o recorrente, também, que "a justa causa para a demanda cautelar se encontra inserta na regra dos artigos 39 e 40 da Lei 6.024/74 e artigo 63 da Lei Complementar 109/01, cumprindo, ainda, considerar que a análise da ação ou omissão dos réus terá lugar na ação principal".

Em suas contrarrazões, os réus defenderam a manutenção do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 1.116-1.124 e 1.126-1.132).

Por decisão do Desembargador Terceiro Vice-Presidente da Corte estadual, o recurso especial foi regularmente admitido.

Brevemente relatado, decido.

As alegações feitas no especial são manifestamente improcedentes.

Para confirmar a sentença que extinguiu, sem exame do mérito, a ação cautelar de arresto de bens, o acórdão recorrido adotou como base estes fundamentos (e-STJ, fls. 1.085-1.088):

Compulsando os autos, verifica-se que pelo conjunto probatório carreado pelas partes não há prova de que os ex-administradores desta demanda tenham realizado qualquer conduta ilícita a ensejar o

arresto de seus bens nesse momento.

Com efeito, o fato de a responsabilidade dos administradores ser objetiva não isenta o Ministério Público da demonstração do dano e do nexo causal.

[...]

Há que se ter, pelo menos, a indicação da conduta dos apelados (comissiva ou omissiva) na gestão fraudulenta da sociedade.

[...]

Compulsando os autos verifica-se que os apelados sequer foram indiciados no item 11 – Do Indiciamento Final (fls. 400/402-00405/00410) do Inquérito Administrativo em que foi mantido o indiciamento de Odilon César Nogueira Junqueira, Andrea Vanzillotta e Benni Faerman.

O Inquérito Administrativo conduzido pela Comissão de Inquérito instituída por meio da Portaria SPC nº 413, de 24 de maio de 2006, teve como objetivo apurar as causas que levaram o Instituto AERUS de Seguridade Social à intervenção; as causas que levaram os Planos de Benefícios à liquidação, bem como apurar as responsabilidades de administradores e conselheiros da entidade' (fls. 103-00104).

[...]

Desse modo, a concessão do arresto da Lei n. 6.024/74 depende de elementos probatórios (ainda que indiciários) capazes de apontar, de forma individual, o liame entre a conduta de cada administrador e os prejuízos suportados pela instituição sob intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária - RAET.

Verifica-se, pois, no caso em análise, a ausência não só da justa causa como também do fumus boni iuris a embasar a concessão da medida pleiteada.

Ora, ao assim decidir, a Corte estadual não destoou da orientação jurisprudencial firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de casos análogos, valendo destacar, por guardar conexão com o processo ora examinado, o seguinte precedente da Terceira Turma:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DO INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL E DAS PATROCINADORAS (VARIG, TRANSBRASIL E INTERBRASIL) PELA EXTINÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIO, INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DA ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA 159 ADMINISTRADORES. DESMEMBRAMENTO PARA CINCO RÉUS POR DEMANDA.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a responsabilidade dos administradores de instituições financeiras em liquidação é subjetiva, na esteira do que dispõem os artigos 39 e 40 da Lei nº 6.024/74, assim como o é a responsabilidade dos administradores das sociedades anônimas patrocinadoras.
2. Se a eventual responsabilização dos administradores está, de um modo ou de outro, vinculada à prática de determinadas ações ou omissões culposas, consoante dispõem os arts. 39 da Lei 6024 e 63 da LC 109/01, para se reconhecer justa causa na ação que visa ao arresto de bens dos demandados para o resguardo de futura execução, cumpre ao demandante demonstrá-las mediante um mínimo embasamento probatório.
3. A gravidade dos efeitos da presente demanda exige a verificação concreta de indícios de má gestão por parte dos demandados, do descumprimento dos deveres legais e/ou contratuais, da deslealdade para com os participantes do plano, do privilégio de interesses outros que não os coletivos, da realização de investimentos incompatíveis ou fora dos limites estabelecidos legalmente, da ausência deliberada de transparência ou tantos outros fatos que poderiam corroborar a existência de causa justa para que se prossiga no processamento dos demandados ou que evidencie a fumaça do bom direito para a procedência do pedido.
4. Caso concreto em que o Ministério Público não indicou qualquer fato concreto acerca da conduta dos ora demandados, enquanto o inquérito administrativo instaurado pela Secretaria de Previdência Complementar, que fundamenta o pedido cautelar, sequer os indiciou.
5. Doutrina e jurisprudência do STJ acerca do tema.
6. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
(REsp n. 1.483.833/RJ, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 28/3/2016)

Adotando essa mesma linha de entendimento, há, também, algumas decisões monocráticas proferidas em recursos igualmente derivados daquela ação cautelar de arresto originária, a conferir: REsp n. 1.592.759/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, DJe de 29/6/2018; AREsp n. 743.766/RJ, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 29/6/2017; e REsp n. 1.597.300/RJ, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 10/6/2016.

Não há, pois, nenhum reparo a se fazer no acórdão recorrido.

Ante o exposto, conheço do recurso especial para negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator